DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS

Id:09FEB58C2832251C

ESTADO DO PIAUÍ
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO PIAUÍ
CNPJ: 86.840.006/0001-92
Rua São Francisco, 31, Centro, CEP 64.518-000 - Fone (89) 3428 - 1341

EXTRATO DE CONTRATO

FUNDAMENTO LEGAL:
DISPENSA DE LICITAÇÃO nº. 005/2021:
FUNDAMENTO LEGAL: ARTIGO 24 DA LEI Nº 8.666/93 "PARA OUTROS SERVIÇOS E COMPRAS DE VALOR ATÉ 10% (DEZ POR CENTO) DO LIMITE PREVISTO NA ALÍNEA A, DO INCISO II DO ARTIGO ANTERIOR E PARA ALIENAÇÕES, NOS CASOS PREVISTOS NESTA LEI, DESDE QUE NÃO SE REFIRAM A PARCELAS DE UM MESMO SERVIÇO, COMPRA OU ALIENAÇÃO DE MAIOR VULTO QUE POSSA SER REALIZADA DE UMA SÓ VEZ.", "C/C" COM O DECRETO Nº. 9.412/2018 QUE ATUALIZA OS VALORES ESTABELECIDOS DA LEI DE LICITAÇÕES.

CONTRATANTE:
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO PIAUÍ – PI
CNPJ Nº. 86.840.006/0001-92
ENDEREÇO: RUA SÃO FRANCISCO, Nº. 31 – CENTRO – CEP Nº. 64.518-000 - SANTA ROSA DO PIAUÍ
TELEFONE: (89) 3428-1341

CONTRATADA:
CONSTRUFÁCIL LTDA
CNPJ Nº. 00.286.675/0004-91 E INSCRIÇÃO ESTADUAL Nº. 19.466.261-6
ENDEREÇO: AVENIDA CÂNDIDO ALEIXO, Nº. 104 – CENTRO – OEIRAS – PI.

OBJETO:
AQUISIÇÃO DE 02 (DUAS) CENTRAIS DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 18.000 BTUS) PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO PIAUÍ – PI.

FONTE DE RECURSOS:
ORÇAMENTO DA CÂMARA PARA O EXERCÍCIO DE 2021, NA CLASSIFICAÇÃO: UNIDADE 2001 ELEMENTO DE DESPESAS 33.90.39, FONTE DE RECURSOS: RECURSOS PRÓPRIOS.

VALOR:
O VALOR TOTAL DOS FORNECIMENTOS É DE R$: 5.214,00 (CINCO MIL E DUZENTOS E CATORZE REAIS).

DATA DA ASSINATURA:
16 DE ABRIL 2021.

SIGNATARIO:
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO PIAUÍ – PI - CNPJ Nº. 86.840.006/0001-92 (CONTRATANTE)

CONSTRUFÁCIL LTDA - CNPJ Nº. 00.286.675/0004-91 E INSCRIÇÃO ESTADUAL Nº. 19.466.261-6 (CONTRATADO)

GERALDO SOARES DA SILVA
Presidente da Câmara Municipal
Santa Rosa do Piauí
CPF:536.573.573-00

Id:030E5A3254802531

ESTADO DO PIAUÍ
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO PIAUÍ
CNPJ: 86.840.006/0001-92
Rua São Francisco, 31, Centro, CEP 64.518-000 – Fone (89) 3428 - 1341

ATO DE RATIFICAÇÃO

Analisando a exposição dos motivos contidos na peça de **Justificativa de Dispensa nº. 005/2021** apresentada pela Comissão Permanente de Licitação da Câmara de Santa Rosa do Piauí - PI, referente ao Processo Administrativo nº. 005/2021, **RATIFICO-A**, visando a AQUISIÇÃO DE 02 (DUAS) CENTRAIS DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 18.000 BTUS) PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO PIAUÍ – PI, **por Dispensa de Licitação**, embasada com fulcro na medida provisória Nº. 961, publicado no dia 07 de maio de 2021 e art. 24 Inciso II da lei nº 8.666/93 "para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea a, do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez."; "c/c" com o decreto nº. 9.412/2018 que atualiza os valores estabelecidos da lei de licitações e demais normas pertinentes, junto a empresa **CONSTRUFACIL LTDA - CNPJ Nº. 00.286.675/0004-91 E INSCRIÇÃO ESTADUAL Nº. 19.466.261-6** localizada na Avenida Cândido Aleixo, nº. 104 - Centro – Oeiras – PI, cuja proposta aceita apresenta o valor global para os fornecimentos de R$: 5.214,00 (Cinco mil e duzentos e catorze reais) de acordo com os preços praticados no mercado local.

Cumpra-se na forma da Lei,

Dê-se publicidade, conforme o art. 16 da Lei 8.666/1993.

Santa Rosa do Piauí - PI, 16 de Abril de 2021.

GERALDO SOARES DA SILVA
Presidente da Câmara Municipal
GERALDO SOARES DA SILVA
Presidente da Câmara Municipal
Santa Rosa do Piauí
CPF:536.573.573-00

Id:01AB14B9F8F6253A

ESTADO DO PIAUÍ
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO ARRAIAL

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 009/2021 INEXIGIBILIDADE Nº 009/2021. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM ASSESSORIA CONTÁBIL, QUE ENTRE SI FIRMAM A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO ARRAIAL - PI E A EMPRESA MARCELO DE ARAUJO PEREIRA, NA FORMA ABAIXO.

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO ARRAIAL - PI, **CONTRATADO**: MARCELO ARAUJO PEREIRA, CNPJ N.º 18.972.238/0001-44, estabelecida no Conjunto Palestina, n.º 12/A, Quadra 04, casa 12, Palestina, Esperantina – Piauí, CEP - 64.180-000. O **CONTRATANTE**, e o **CONTRATADO**, acima especificados, têm entre si ajustado o presente **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM ASSESSORIA CONTÁBIL**, conforme a Inexigibilidade nº 009/2021, regulado pelos preceitos de direito público, especialmente pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, aplicando – se - lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e disposições de direito privado, bem como mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente contrato tem por objeto a contratação de prestação de serviços especializados em assessoria contábil.
I – emissão de balancetes e o razão de trabalho;
II – conciliação e análises das contas;
III – emissão do razão ajustado;
IV – encerramento e elaboração do balanço patrimonial;
V – elaboração das demonstrações contábeis;
VI – elaboração das demonstrações contábeis;
VII – elaboração folha de pagamento;
VIII – elaboração da GFIP;
IX – emissão das guias de recolhimentos dos encargos e tributos.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA LICITAÇÃO
A prestação dos serviços, ora contratado, foi objeto de licitação, de acordo com o disposto no Capitulo II da Lei n.º 8.666/93, sob a modalidade inexigibilidade.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VINCULAÇÃO
O CONTRATANTE e o CONTRATADO vinculam-se plenamente ao presente contrato, a inexigibilidade n.º 009/2021, bem como à proposta firmada pelo CONTRATADO. Esses documentos constam do Processo Licitatório e são partes integrantes e complementares deste Contrato, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE
O CONTRATANTE obriga-se a:
I - emitir a ordem de serviços do objeto de contrato, assinada pela autoridade competente;
II - efetuar pagamento ao CONTRATADO de acordo com o estabelecido neste Contrato;
III - fiscalizar o fiel cumprimento deste contrato através do Setor Administrativo Financeiro;
IV - custear todas as despesas necessárias para execução dos serviços objeto deste contrato.
V – Fornecer ao CONTRATADO em tempo hábil todos os dados, informações, documentos, programas, matérias de expedientes para fins de execução dos serviços.
PARÁGRAFO PRIMEIRO – quaisquer trabalho extraordinários ou operações especiais, não constantes deste contrato, que seja solicitado pela a CONTRATADA, serão cobrados honorários adicionais mediante apresentação prévia de orçamento.
PARÁGRAFO SEGUNDO – os principais serviços adicionais, que trata este contrato e considerados pela CONTRATADA, são os logo abaixo relacionados, consequentemente, quando executados pela CONTRATANTE, serão cobrados da CONTRATANTE honorários adicionais.
I – Contratos, aditivos, distrato, incorporações, fusões e cisões;
II – Atas, editais, regulamentos, regimentos e estatutos;
III – Reavaliação do aditivo permanentes;
IV – acompanhamentos e assessoria às fiscalizações ou outros serviços, de períodos anteriores a este contrato;
V – outros serviços não objeto deste contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO
O CONTRATADO obriga-se a:
I- executar o presente contrato em estrita consonância com os seus dispositivos, com o Instrumento Convocatório e com a sua proposta;
II – prestar os serviços objeto do contrato, de acordo com a ordem de serviço, de acordo com a conveniência do Município;
III - responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo o CONTRATANTE;
IV - assumir por sua conta exclusiva todos os encargos resultantes da execução do contrato, inclusive impostos, taxas, emolumentos e suas majorações incidentes ou que vierem a incidir sobre o referido objeto, bem como encargos técnicos e trabalhistas, previdenciários e securitários do seu pessoal;
V – utilizar na execução do presente contrato somente pessoal em situação trabalhista e securitária regulares;
VI - manter durante a execução do contrato e em compatibilidade com as obrigações assumida, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
VII - fornecer ao CONTRATANTE todas as informações solicitadas acerca do objeto deste contrato;

(Continua na próxima página)

ESTADO DO PIAUÍ
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO ARRAIAL

CLÁUSULA SEXTA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS
No ato da execução será emitido recibo dos serviços efetivamente prestados.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA
Este contrato vigorará por 09 (nove) meses a partir de sua assinatura, podendo, ainda, ser prorrogado ou aditivado, nos termos da Lei nº 8.666/93, por interesse público. ou até conclusão de novo procedimento licitatório.

CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Informamos que as despesas são provenientes dos recursos do Orçamento Geral da Câmara Municipal.

CLÁUSULA NONA - DO VALOR
O CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO o valor global estimado de R$ 45.000,00 (Quarenta e Cinco Mil Reais) a serem pagos em parcelas mensais de R$ 5.000,00 (Cinco Mil Reais), conforme proposta anexa a este procedimento.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO EQUÍLIBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO
A recomposição dos valores dos serviços regar – se - ão de forma a manter o equilíbrio econômico financeiro do CONTRATADO, ou seja, mantendo-se o mesmo percentual de lucro do preço do serviço ofertado em sua proposta na época da licitação.
PARÁGRAFO PRIMEIRO - o equilíbrio econômico-financeiro será solicitado expressamente pelo CONTRATADO quando da entrega da fatura de serviços, devendo apresentar planilha de custo detalhada da época da licitação e atual, com os documentos comprobatórios dos custos, que será analisado pelo Setor Financeiro do CONTRATANTE.
PARÁGRAFO SEGUNDO - não serão considerados pedidos de recomposição de preços relativamente a faturas anteriormente entregues, mesmo que essas ainda não tenham sido quitadas.
PARÁGRAFO TERCEIRO – o preço cobrado não poderá, em hipótese alguma, ser superior ao praticado pelo CONTRATADO ao público em geral, devendo ser repassados ao CONTRATANTE os descontos promocionais praticados pelo CONTRATADO.
PARÁGRAFO QUARTO - sem prejuízo da recomposição dos valores, no caso de prorrogação do contrato, o mesmo será corrigido monetariamente pelo percentual acumulado dos últimos doze meses tendo por base o IGP-M.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DO PAGAMENTO
O pagamento sera efetuado mensalmente, em moeda nacional e por meio de débito autorizado ou transferência eletrônica à firma contratada.
PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento será feito em até 30 (trinta) dias contados da apresentação da Nota fiscal/fatura, estando esta devidamente atestada pelo setor competente.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Tendo em vista o prazo concedido para pagamento, não haverá, dentro deste prazo, isto é, da apresentação da cobrança à data do efetivo pagamento sem atrasos, nenhuma forma de atualização do valor devido.
PARÁGRAFO TERCEIRO - nenhum pagamento será efetuado ao CONTRATADO enquanto for pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - DA FISCALIZAÇAO
A execução do presente Contrato será fiscalizada pelo Diretor do Setor Administrativo Financeiro do CONTRATANTE.
PARÁGRAFO ÚNICO - O servidor referido anotará, em registro, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato. Determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA - TERCEIRA - DAS PENALIDADES
Pela inexecução total ou parcial deste Contrato, o CONTRATANTE poderá aplicar ao CONTRATADO, garantida a prévia defesa e segundo a extensão da falta ensejada, as penalidades previstas no art. 87 da Lei n.º 8.666/93.
PARÁGRAFO PRIMEIRO - Em caso de aplicação de multas, o CONTRATANTE observará o percentual de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor estimado do contrato por descumprimento de qualquer cláusula contratual ou da inexigibilidade.
PARÁGRAFO SEGUNDO - As multas poderão deixar de ser aplicadas em casos fortuitos ou motivos de força maior, devidamente justificados pelo CONTRATADO e aceitos pelo CONTRATANTE.
PARÁGRAFO TERCEIRO - As multas aplicadas serão descontadas de pagamentos porventura devidos ou cobradas judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA - DOS CASOS DE RESCISÃO
O presente contrato será rescindido excepcionalmente, por quaisquer dos motivos dispostos no art. 78 da Lei n.º 8.666/93, sob qualquer uma das formas descritas no artigo 79 da mesma lei.
PARÁGRAFO ÚNICO - Em caso de rescisão administrativa decorrente da inexecução total ou parcial do contrato, o CONTRARTADO não terá direito a espécie alguma de indenização, sujeitando-se às consequências contratuais e legais, reconhecidos os direitos da Administração, assegurada a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA - DOS RECURSOS
Dos atos do CONTRATANTE decorrentes da aplicação da Lei n.º 8.666/93, cabem os recursos dispostos no seu art. 109, abaixo discriminados:
- Recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata nos casos de:
a) rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do artigo 79 da Lei nº 8.666/93;
b) aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou multa;
- Representação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do contrato, de que não caiba recurso hierárquico;
Os recursos deverão ser protocolizados junto ao Setor Administrativo desta Cântara, localizado no endereço anteriormente indicado, em petição datilografada ou digitada, dirigida ao Presidente da Câmara Municipal, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA - DA PUBLICAÇÃO
O extrato do presente Contrato será publicado no Diário Oficial dos Municípios.

CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA- DOS CASOS OMISSOS
Os casos omissos serão decididos pela Administração Contratante, aplicando-se o que dispõe a Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais preceitos de direito público, e, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA - OITAVA - DO FORO
Fica eleito o foro da Comarca de Matias Olímpio, Estado do Piauí, da Justiça Comum, para dirimir as questões derivadas deste Contrato.

E por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme o presente contrato lavrado em Três vias, assinam as partes abaixo.

São João do Arraial (PI), 01 de Abril de 2021.

CONTRATANTE:
ERISMAR NUNES VIEIRA
Presidente da Câmara Municipal de São João o Arraial – PI

CONTRATADO
MARCELO ARAUJO PEREIRA
TITULAR

TESTEMUNHAS:
Ariane Cristina Lima Sampaio CPF: 048.549.431-09
Thiane Magalhães do Nascimento CPF:667.444.583-53

Id:1518E14F14822826

ESTADO DO PIAUÍ
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO RAIMUNDO NONATO

Ata da **4ª Sessão Ordinária** da Câmara Municipal de São Raimundo Nonato, Estado do Piauí, realizada **aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de Março do ano de 2021** (dois mil e vinte e um), **às 16:00 hs**, em seu edifício sede Vereador Carlino Santana Ribeiro, n°1036, Bairro Aldeia, nesta cidade de São Raimundo Nonato-PI, a qual fora presidida pelo senhor vereador **Rian Marcos Alves da Silva**, e estando presentes os senhores: **Katiuscia de Oliveira Ribeiro Moraes, Adilson dos Santos Ribeiro, Luciano Macário de Castro Filho, Paulo Jeovane de Sousa Santos, Evandro da Costa Macêdo, Luan Sérgio Paes Landim Ribeiro, Valdeci Soares da Silva, Nunes de Jesus Santos e Jean de Oliveira Ferreir**. Aberta a sessão, foram lidas as atas da sessão ordinária e da sessão extraordinária última, as quais foram aprovadas sem observação. Em seguida foi feita pela secretaria a leitura da documentação e proposições em pauta, sendo: Requerimentos n° 04, 05 e 06/2021, de autoria do vereador Victor Paixão; Requerimentos n° 05 e 06/2021 de autoria do vereador Luan Sérgio; Requerimento n° 01/2021, de autoria do vereador Paulo Jeovane; Requerimento n° 07/2021, de autoria do vereador Evandro Macêdo; Requerimento Conjunto n° 03/2021, encabeçado pelo vereador Jean Oliveira; Projeto de lei n° 01/2021, de autoria do vereador Luciano Macário Filho. A seguir, na ordem do dia, foram postos em discussão e votação, os requerimentos supramencionados, os quais foram os mesmos aprovados por unanimidade de votos. Em seguida foram também aprovados em 1ª discussão e votação, após emissão de parecer por parte das comissões respectivas, as seguintes proposições: Projeto de lei nº 03/2021 e Projeto

Presidente
Secretário(a) da Câmara